Entre a usina e a democracia: as crônicas de Eliane Brum e a desconstrução da democracia brasileira

Leila Lehnen* 🕩

A crônica de Eliane Brum, "Vítimas de uma guerra amazônica", publicada em setembro de 2015, no jornal espanhol *El País*, põe em evidência as insuficiências da democracia brasileira no presente. Estas deficiências abrangem diferentes esferas dos direitos cidadãos, incluindo os sociais e os ambientais, sendo que estes dois tipos de direitos estão fortemente conectados. De acordo com Acselrad, Herculano e Pádua:

As gigantescas injustiças sociais brasileiras encobrem e naturalizam um conjunto de situações caracterizadas pela desigual distribuição de poder sobre a base material da vida social e do desenvolvimento. A injustiça e a discriminação, portanto, aparecem na apropriação elitista do território e dos recursos naturais, na concentração dos benefícios usufruídos do meio ambiente e na exposição desigual da população à poluição e aos custos ambientais do desenvolvimento (ACSELRAD, HERCULANO e PÁDUA, 2004, p. 10).

Este sistema "escava existências" (Brum, 2015, s.p.), aniquilando-as e justificando este apagamento com a lógica da "ordem e progresso". O subtexto embutido nestas palavras-chave do discurso nacional é o do trunfo do empreendedorismo sobre outras lógicas e, pelo tanto, sobre outras existências. As grandes corporações, tais como a Norte Energia, companhia responsável pela construção da usina hidroelétrica de Belo Monte, "arrasam enormes porções de floresta e concentram o lucro, (...) são purificadas pela palavra "negócio" ou "empreendimento" ou ainda "desenvolvimento" (Brum, 2015, s.p.).

"Vítimas de uma guerra amazônica" traça o lado anverso desta narrativa economicista. O texto de Brum delineia e denuncia a genealogia de uma economia política que opera através de uma dupla violência: a desconsideração pelo meio ambiente e, correspondentemente, o desdém por certos setores sociais. O texto de Brum se concentra especificamente nas populações ribeirinhas da floresta amazônica, relatando como estes sujeitos estão inseridos dentro de contínuo de

^{*} Professora de Literatura Brasileira, Brown University, Providence, EUA. E-mail: Leila_lehnen@brown.edu.

vitimização. "Vítimas de uma guerra amazônica" foca a odisseia dos protagonistas, João e Raimunda. O casal foi desalojado de seu lar em uma ilha no rio Xingu por causa da construção da usina hidroelétrica de Belo Monte. Este acontecimento cinde as vidas de João e Raimunda, corta sua trajetória, deixando-os à deriva. João explica que: "Quando eu perdi a ilha, eu perdi a minha vida. Eu perdi a linha" (Brum, 2015, s.p.).

Raimunda e João, mais que protagonistas da crônica de Brum, são também a corporificação do que o estudioso norte americano Rob Nixon chama de "slow violence" (violência dilatada), um processo de violência que atravessa temporalidades e geografias e que muitas vezes permanece invisível (NIXON, 2013, p. 2). Trata-se de um processo histórico de vitimização intergeracional. Esta violência dilatada afeta particularmente populações marginalizadas e muitas vezes está vinculada a procedimentos de degradação ambiental.

Neste ensaio se analisará como duas crônicas de Eliane Brum sobre o exiliados de Belo Monte narram os conflitos entre o político-econômico e o social/ecológico no Brasil contemporâneo. Para isto, se discutirá dois textos da autora: o supracitado "Vítimas de uma guerra amazônica" (BRUM, 2015) e "Vidas barradas de Belo Monte" (Brum, 2018), crônica originalmente publicada no jornal britânico The Guardian em fevereiro de 2018.1 Através da narrativa das tensões entre o socioambiental e o político-econômico, Brum revela a precariedade do modelo democrático brasileiro contemporâneo, baseado, nas palavras da autora, em uma "perversão": "a de viver numa democracia formal, mas submetido a forças acima da Lei" (Brum, 2015, s.p.). Propõe-se aqui que os dois textos de Brum expõem a anatomia "disjuntiva" (Holston, 2008) da democracia brasileira não somente no âmbito dos direitos sociais, mas também em relação aos "direitos" (no sentido de direitos negativos) do meio-ambiente e das populações (humanas e não-humanas) que seriam, em teoria, os beneficiários destes direitos. Para Holston, uma democracia disjuntiva é aquela onde as diferentes esferas dos direitos cidadãos estão em desequilíbrio. Nas crônicas de Brum, notamos como a insuficiência de direitos na esfera da justiça social está conectada com a destruição do meio ambiente. Ou seja, os dois textos de Brum evidenciam e individualizam o fenômeno da injustiça ambiental no Brasil contemporâneo, e apontam as suas raízes históricas.

Além de sinalizar a coincidência entre marginalização social (e étnica) e depredação ecológica, os textos de Brum aqui analisados também apontam à importância da produção cultural e do que Rob Nixon chama de "escritores-ativistas" (writer activists) no que diz respeito à justiça social e ambiental. Nixon entende que através de seus textos, escritores-ativistas podem "desafiar as práticas perceptuais que minimizam o dano que a violência dilatada causa e podem, assim, trazer ao foco imaginativo as preocupações que escapam à comprovação senso-

A crônica original, "They owned an island, now they are urban poor: the tragedy of Altamira", publicada em 6 fe. 2018, pode ser lida em: https://www.theguardian.com/cities/2018/feb/06/urban-poor-tragedy-altamira-belo-monte-brazil.

rial" (Nixon, 2002, p. 15, tradução nossa). Ou seja, o/a escritor/a ativista tem um papel na visibilização da violência dilatada. Desta maneira, o discurso elaborado no terreno cultural pode fertilizar o campo político e social. No caso dos textos de Brum, seus escritos acrescentam uma dimensão pessoal, afetiva, à narrativa de devastação ecológica que a sigla "Belo Monte" evoca.

Justiça ambiental / justiça social

O conceito de justiça ambiental teve seu início nos anos 1960 nos Estados Unidos e está ligado ao movimento dos direitos civis de afrodescendentes naquele país (Acselrad, Herculano e Pádua, 2004, p. 9). A justiça ambiental aborda o fato de que grupos sociais marginalizados muitas vezes estão expostos a riscos ambientais mais altos. Nas palavras do crítico literário T.V. Reed, "Qualquer ambientalista sério tem que aceitar o fato de que durante décadas as piores formas de degradação ambiental foram promovidas por políticas governamentais e empresariais que permitiram o despejo de problemas em comunidades de cor, brancos pobres e o terceiro mundo" (Reed, 2002, p. 146, tradução nossa).

No Brasil, a conexão entre a proteção do meio ambiente e a justiça social remonta aos anos 1970, quando movimentos sociais, tais como os dos seringueiros liderados por Chico Mendes, salientam a correlação entre direitos sociais e direitos ambientais (Hochstetler e Keck, 2007). A conferência da ONU, realizada em 1992 em Viena, ecoa a premissa da correlação entre os direitos ambientais e direitos humanos. Como apontam Carlos Alberto Steil e Rodrigo Toniol, esta convergência entre direitos ambientais e direitos humanos por sua vez está presente na linguagem da VII Conferência Nacional de Direitos Humanos, de 2002. Citando o texto do Congresso de Viena, o documento da sétima conferência propõe que:

Enquanto o registro da primeira geração de direitos políticos, civis e cívicos se consolida balizando o poder de ação do Estado, toma corpo a segunda geração dos direitos sociais, econômicos e culturais, impondo uma ação positiva ao Estado, e uma terceira geração de direitos, desta vez coletivos, emerge: direito à infância, direito ao meio ambiente, direito à cidadania, direito ao desenvolvimento dos povos, enfim reconhecidos na Conferência de Viena, em 1993 (BRASIL, 2002, apud STEIL e TONIOL, 2013, p. 299, grifo no original).

No entanto, a junção entre direitos humanos e questões ecológicas no Brasil, apesar de ter uma tradição relativamente longa, também evidencia tensões. No seu discurso de abertura na conferência Rio+20, em 2012, a presidente Dilma Rousseff justapõe a questão ecológica à dos direitos sociais:

A afirmação de que os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável colocou a erradicação da pobreza como requisito indispensável da ação política. Esse princípio ligou de forma indissolúvel à agenda ambiental a necessidade de realizar reformas estruturais capazes de incluir as multidões de homens e mulheres e crianças que viviam e ainda vivem na pobreza e exclusão (ROUSSEFF, 2012, *apud* STEIL e TONIOL, 2013, p. 292).

As palavras de Rousseff sugerem uma desconsideração de questões sociais por parte da "agenda ambiental". Como apontam Steil e Toniol, a então presidente usa esta tensão para, de fato, ofuscar a questão ecológica de sua fala (Steil e Toniol, 2013, p. 292). Os dois antropólogos observam que, na verdade, a imbricação entre direitos ambientais e humanos (entendidos aqui principalmente como direitos sociais) é ambígua, já que as políticas públicas no país favorecem ambos, o "desenvolvimento social e o crescimento econômico" (Steil e Toniol, 2013, p. 301).

A Usina

Em março de 2011 iniciou-se a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu. Planos para o projeto datam de 1975, quando a ditadura militar ordenou um estudo para a construção de possíveis barragens na região norte da bacia do Xingu. Ironicamente, como indica Brum em "Vidas barradas de Belo Monte", o projeto idealizado pela ditadura somente materializou-se na democracia.

O elo entre a ditadura que imaginou o projeto e a democracia que o implementou, é a instrumentalização dos modos de vida da floresta, e, em última instância, sua desaparição. Segundo Brum, a envergadura do projeto Belo Monte, que abrange sua idealização autoritária e sua materialização em um regime politicamente democrático, culmina na pauperização do que Brum chama de "povos da floresta". Ela observa que: "Esse processo marca a história da ocupação da Amazônia pelo Estado brasileiro e teve seu ápice na ditadura civil-militar (1964-1985), com grandes obras como a Transamazônica. Mas a catástrofe que barrou a vida de Antonio, Dulcineia (os protagonistas de "Vidas barradas de Belo Monte") e centenas de famílias que viviam nas ilhas e na beira do Xingu aconteceu na democracia" (Brum, 2018, s.p.).

O histórico da implementação de Belo Monte, sua continuidade dentro do regime militar e da democracia, e suas consequências humanas e ambientais revelam o âmago autoritário que ainda perdura na sociedade brasileira e que contamina as políticas ambientais no país (Acselrad, 1991). A descrição que Henri Acselrad faz do processo de desapropriação por ocasião da construção da represa de Tucuruí, localizada no rio Tocantins e construída em pleno regime militar, entre 1975-1981, continua reverberando no contexto de Belo Monte. Acselrad nota que:

Além de desqualificar os grupos sociais atingidos enquanto sujeitos políticos, o planejamento autoritário até aqui prevalecente nos grandes projetos hidrelétricos tende a equacionar enormes transformações socioambientais como se fossem redutíveis a simples operações patrimoniais com a

propriedade jurídica. A área inundável é, assim, concebida como espaço da propriedade privada, e não de relações socioculturais diversificadas (ACSELRAD, 1991, p. 65).

O núcleo antidemocrático pertinente às políticas de gestão ambiental, que permite desconsiderar a posição de populações afetadas por megaprojetos como Belo Monte, está inscrito na constituição brasileira, por meio do dispositivo da "suspensão de segurança", um recurso legal que remonta ao regime militar. O mecanismo visa proteger o interesse público "diante da concessão de um provimento jurisdicional que cause grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, por meio do qual a pessoa jurídica de direito público ou o Ministério Público requerem ao presidente do Tribunal competente a suspensão da execução da decisão, sentença ou acordão proferido" (OLIVEIRA, 2017, s.p.). Mas, como observa a Rede Brasileira de Justiça Ambiental, em sua carta pública de 2015, o expediente também pode ser empregado para promover os interesses corporativos sob o pretexto do "interesse público" (Rede Brasileira de Justiça Ambiental, 2015, p. 3). A longevidade do projeto hidroelétrico de Belo Monte também expõe a força da ideia de "progresso" (concatenada com o ímpeto autoritário) que impera no imaginário nacional. "Progresso", neste contexto, é medido mormente por índices de desenvolvimento econômico. Elementos - humanos, geográficos, socioculturais - que se encontram fora ou que são considerados obstáculos a esta ideia, sofrem um processo de desaparecimento não somente literal, mas também simbólico. Rob Nixon nota que a "produção de comunidades fantasmagóricas" (Nixon, 2013, p. 151) é fundamental na (re)produção de discursos de "progresso" nacional, especialmente no presente neoliberal (NIXON, 2013, p. 151). Nixon afirma que "os processos interconectados de remoção simbólica e física ganharam uma força dramática em torno da construção de megaprojetos hidrelétricos, estruturas icônicas de uma modernidade monumental que concretizam a ideia de que nações em desenvolvimento estão "chegando lá", como fica evidente nas obras de engenharia espetaculares, televisionáveis" (NIXON, 2013, p. 151, tradução nossa).

Os imaginários

Como no caso de vários projetos desta natureza, baseados no desaparecimento de populações humanas e não humanas, a violência exercida pela construção de Belo Monte supera o campo material e impacta a esfera ontológica. Como afirma Brum em "Vítimas de uma guerra amazônica", a Amazônia, no imaginário nacional hegemônico, é considerada "um deserto de gente e um corpo para espoliação" (Brum, 2015, s.p.). O corpo espoliado literal e simbolicamente ao que alude Brum na sua crônica é uma vítima sacrificial da narrativa do progresso nacional (econômico). Esta concepção da floresta amazônica e de seus moradores reproduz uma visão (neo) colonial da floresta e de seus habitantes.

Não coincidentemente a crítica que o texto de Brum articula evoca os textos de cronistas coloniais e suas descrições de uma natureza abundante, mas carente

de sentido social e cultural. Na tradição nacional, este gesto nasce na *Carta a El Rei D. Manuel*, enviada pelo escrivão Pero Vaz de Caminha ao rei português por ocasião da chegada da frota cabralina à costa do que é hoje o Brasil. Na sua missiva, Caminha descreve os indígenas como desprovidos de crenças religiosas e, portanto, implicitamente, de um substrato cultural: "Parece-me gente de tal inocência que, se nós entendêssemos a sua fala e eles a nossa, seriam logo cristãos, visto que não têm nem entendem crença alguma, segundo as aparências" (Caminha, 1963, p. 7). Esta descrição se repete na representação que o escriba faz da terra que os portugueses encontram.

Caminha se concentra nas potenciais riquezas das terras recém encontradas pelos portugueses, pondo de relevo seus elementos naturais. Estes são vistos como parte do espólio que cabe aos europeus por virtude de sua fé, que os põe em um patamar moral e cultural mais elevado. Seu dever e seu direito são de explorar as terras recém-descobertas: "Águas são muitas; infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem! Contudo, o melhor fruto que dela se pode tirar parece-me que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar" (Caminha, 1963, p. 9). A passagem sugere uma equivalência entre as riquezas naturais e os seres humanos que vivem neste espaço. Ambos são concebidos como um terreno fértil ("o melhor fruto, que dela se pode tirar"). A *Carta* de Caminha articula um discurso intervencionista que transforma terra e seres humanos não-europeus em uma cifra vazia, uma ausência de significação que deve ser preenchida pela lógica do progresso mercantil ("querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo").

Na sua introdução ao volume especial da revista *Interventions* sobre a ecocrítica pós-colonial, Graham Huggan e Helen Tiffin conectam o discurso dos exploradores coloniais europeus com o que eles denominam uma "geografia da diferença". Huggan e Tiffin afirmam que:

A operação dos impérios europeus tanto iniciou como dependeu de um globalismo que ainda fornece os fundamentos econômicos, comunicativos, e, até certo ponto, políticos para as conexões altamente diversificadas que são agrupadas baixo o denominador comum de "globalização" hoje em dia. A naturalização do desenvolvimento desigual relegou os sujeitos colonizados a um estágio do passado europeu, e a geografia da diferença foi reorganizada como a história viva do surgimento do homem civilizado, com o desenvolvimento europeu como o objetivo lógico (Huggan e Tiffin, 2008, p. 2, tradução nossa).

Se no discurso colonial a intervenção no espaço físico e cultural não-europeu se justifica com a imposição de um progresso definido em termos da cultura ocidental, na época contemporânea, a ideia de "progresso" é medida por uma escala de consumo. Esta lógica tem consequências não só na configuração de hierarquias do poder global, mas também tem repercussões ambientais. Segundo a escritora

e ativista social canadense Naomi Klein, a imposição do capitalismo neoliberal a partir dos anos 1980 teve e continua tendo efeitos prejudiciais nas políticas que poderiam ter freado o processo de aquecimento global (KLEIN, 2015).

A construção de Belo Monte foi justificada pela maior demanda por energia no Brasil, resultado de uma economia que, no momento, estava aquecida. Neste contexto, a ideia de progresso é sinônima à de um consumo democratizado. Nas palavras de Brum: "Progresso, para um operário, era ter carro, TV de tela plana, churrasco no fim de semana. Progresso, para um país, era transformar a Amazônia em soja e pasto pra boi, exploração de minérios por grandes mineradoras para exportação de *commodities* (matérias-primas)" (Brum, 2015, s.p.). A lógica instrumental ("transformar a Amazônia em soja e pasto para boi") ecoa, por um lado, a subordinação dos direitos do meio ambiente à lógica do desenvolvimento econômico. Por outro lado, as palavras de Brum revelam uma violência na gestão pública e no imaginário nacional no tocante a ontologias e epistemologias que não se encaixam no imaginário nacional hegemônico. Os textos de Brum chamam atenção aos ecos do discurso colonizador que perdura na narrativa nacional – a intervenção humana em um ecossistema para compensar um suposto vazio, uma carência.

O site da Norte Energia, a companhia responsável pela construção de Belo Monte, emprega o discurso do desenvolvimento nacional como justificativa para a construção da hidrelétrica: "Ao assumir o desafio de construir e operar a UHE Belo Monte, a Norte Energia firmou o compromisso de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país, por meio da geração de energia elétrica limpa, renovável, confiável e a preço justo, utilizando o potencial hidrelétrico do rio Xingu" (Norte Energia, 2018a, s.p.). Através de expressões como "assumir o desafio", o texto do site projeta uma imagem da empresa que se insere dentro de uma textualidade de exploração (e que, como observamos acima, pode ser traçada diacronicamente no imaginário brasileiro). Como em textos coloniais (e póscoloniais), a terra tem que ser domada, submetida às forças da ordem e do progresso que beneficiarão o corpo nacional ("preço justo").

Ironicamente, como vemos na passagem citada acima, outra justificativa para a construção de Belo Monte foi (e continua sendo) a da "sustentabilidade". O projeto foi divulgado como uma maneira de alcançar a meta de redução das emissões de carbono em 33% até 2020. No entanto, estudos apontam o contrário. Belo Monte e as outras usinas planejadas como parte do consórcio da Norte Energia para o Xingu, poderão contribuir para a emissão de carbono (AMAZON WATCH, 2011).

Além do texto supracitado sobre a missão e a idoneidade socioambiental de Belo Monte, o discurso da sustentabilidade se repete em todo o site da companhia. No site oficial da Norte Energia, uma das páginas argumenta que a usina está gerando "energia limpa e sustentável". Há uma página inteira dedicada a este conceito. Nela encontramos as palavras-chaves que nos levam a outras páginas, todas elas supostamente focadas em temas ligados à justiça ambiental, como vemos nos cabeçalhos de três das páginas que aparecem na página principal do site da Belo

Monte: "legados ambientais", "legados sociais" e "povos tradicionais". Há também um link para o licenciamento ambiental da usina. Paradoxalmente, este processo foi considerado incompleto pelos próprios funcionários do IBAMA, a agência que outorgou a licença ambiental para a construção da usina. No site da Norte Energia, esta tensão é apagada. Em vez disso, o texto sobre o processo de licenciamento ambiental capitaliza o discurso "verde" que se repete em todo o site e o justapõe ao vocabulário da justiça social e da sustentabilidade:

Após comprovar o cumprimento de suas obrigações legais, mantendo o compromisso com o desenvolvimento sustentável, a UHE Belo Monte conquistou, em novembro de 2015, a Licença de Operação (LO Nº 1317/2015), que viabilizou o início da geração comercial de energia. A cada ação socioambiental realizada, a Norte Energia reitera o compromisso de respeito ao território e à cultura das comunidades locais e dos povos indígenas (Norte Energia, 2018b, s.p.).

Como vemos na linguagem usada nas diferentes páginas do site da companhia, o discurso público da Norte Energia se apropria do discurso da justiça socioambiental para legitimar o empreendimento. A estratégia ecoa o que Acselrad, Mello e Bezerra denominam de "modernização ecológica", a crença que a política ambiental mais eficaz passa por processos econômicos. Esta linha de pensamento também "procurou fazer do meio ambiente uma razão a mais para se implementar o programa de reformas liberais" (Acselrad, Mello e Bezerra, 2008, p. 14).

O discurso de que Belo Monte esteja produzindo uma forma de "desenvolvimento sustentável" é contradito não somente por populações indígenas e ribeirinhas que foram e continuam sendo afetadas pela construção da usina, mas também por organizações não-governamentais e inclusive pelo próprio governo brasileiro. Em 2017, por exemplo, o Ministério Público Federal pediu a suspensão da hidrelétrica até que medidas de proteção das terras indígenas pudessem ser implementadas. Esta ação não é citada no portal sobre licenciamento ambiental, embora outros passos do licenciamento sejam mencionados. O enfoque desta informação é sublinhar como a Norte Energia tem cumprido com as exigências socioambientais impostas pelo processo de licenciamento.

Cerca de 40.000 pessoas foram deslocadas devido à construção de Belo Monte. Os impactos ambientais, como a diminuição do fluxo do Rio Xingu em 80% na altura de Volta Grande, afetaram as tribos indígenas Juruna e Arara, além de dezesseis outras etnias que vivem nesta região. Contradizendo a afirmação da empresa de que o projeto foi levado a cabo em diálogo com comunidades indígenas e ribeirinhas,² o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas criticou a forma

O texto da página da Norte Energia dedicada aos "Povos Tradicionais", afirma que: "As comunidades indígenas participam ativamente das discussões para definir as ações que serão executadas em seus territórios. Com esse diálogo direto e permanente, a Norte Energia vem assegurando o protagonismo dos indígenas" (Norte Energia, 2018d, s.p.).

como o projeto foi executado sem que houvesse consulta junto às tribos indígenas afetadas pela barragem.

A construção da hidrelétrica também provocou reações de atores culturais, entre eles cineastas³ e jornalistas como Eliane Brum. Além de uma série de textos sobre os efeitos humanos da hidrelétrica, Brum colaborou com o projeto "Refugiados de Belo Monte". Esta iniciativa visa oferecer tratamento psicossocial aos deslocados de suas comunidades pela hidrelétrica. "Refugiados" também contém um componente de documentação da memória dos desalojados pela usina. O objetivo do projeto é preservar as recordações e as vozes dos refugiados de Belo Monte. O site do programa nos informa que:

O objetivo é, por um lado, garantir a permanência, no tempo histórico, da multiplicidade de experiências vividas ao longo da construção da hidrelétrica de Belo Monte, assim como a diversidade de nomeações e de sentidos dados a essas vivências. Por outro lado, a documentação e a elaboração do vivido cumprem o papel de colaborar com a reconstituição da vida de cada um, assim como do tecido comunitário (Katz, Brum e Dunker, 2016, s.p.).

Segundo Brum, a importância do trabalho mnemônico é contrapor-se ao desenraizamento provocado pela inundação de territórios geográficos, culturais e afetivos. Brum descreve a violência sofrida pelas populações que foram exiladas de suas vivências pelas águas formadas pela usina: "Tudo o que restou a estas pessoas [os exilados pela usina], estas pessoas cuja memória se transformou literalmente em água, foi o território do seu próprio corpo. E não conseguimos alcançar a enormidade do que é ser reduzido ao território do próprio corpo" (Brum, 2016). A memória e a territorialidade são dois dos eixos que organizam também as crônicas de Brum sobre os efeitos colaterais de Belo Monte.

Assim como "Refugiados", as crônicas de Brum sobre a construção de Belo Monte fazem um trabalho de recuperação das memórias afogadas de pessoas que estão às margens da sociedade brasileira. Nos textos discutidos aqui, Brum focaliza na história de duas famílias de ribeirinhos cujas vidas foram destruídas por Belo Monte. A história individual e familiar, a subjetividade dos ribeirinhos está ligada a territórios geo-afetivos – duas ilhas no rio Xingu, ambas inundadas pelas águas da represa criada pela construção da hidrelétrica.

Os textos de Brum põem em relevo justamente a subjetividade e os laços afetivos que se formam entre território e sujeito, entre o entorno e seus habitantes, criando o que Deane Curtin (2005) chama de "imaginação moral" sobre os efeitos humanos e não humanos da usina. Esta imaginação moral se contrapõe à linguagem técnica, burocrática, usada para apagar as vidas humanas do território

Ver por exemplo, os documentários, Belo Monte: anúncio de uma guerra, dirigido por André D'Elia (2012), que aborda a construção da usina e Belo Monte: um mundo onde tudo é possível, de André Bouchet (2017), que lida com as consequências da usina.

destinado a projetos como Belo Monte e que aparece não somente em relatórios, estudos de viabilidade, mas também em espaços dedicados ao público, como por exemplo a textualidade do site da Norte Energia. Segundo Rob Nixon, a linguagem tecnocrática nos deixa "cegos, fazendo com que seja mais difícil que entendamos as consequências vivenciadas das narrativas densamente racionalizadas do desenvolvimento neoliberal" (Nixon, 2011, p. 170, tradução nossa). As crônicas de Brum, cuja linguagem oscila entre o poético e o factual, desestabilizam, interrogam o discurso tecnocrático que apaga as "consequências vivenciadas" do projeto. Não coincidentemente Brum constrói o seu texto não como uma reportagem e sim como uma tragédia em três atos. Esta construção permite à autora ultrapassar as fronteiras da "objetividade" jornalística. A "literalidade" do texto, presente na construção formal em "atos dramáticos" que lidam com as diferentes tragédias dos protagonistas, e a linguagem que oscila entre o fatual e o poético, fertilizam a conexão entre leitura e a realidade que as crônicas descrevem.4

O texto de Brum aponta uma economia política que cria o que o filósofo italiano Giorgio Agamben (1998) chama de "homo sacer", seres que estão sujeitos à lei, mas que não são protegidos por esta. Para muitos dos ribeirinhos, "só há sentido na morte em sacrifício" (Brum, 2015, s.p.). Assim, por exemplo, João e Raimunda vem de uma linha de sujeitos que oscilam entre a vitimização e a resistência. O desfecho de suas histórias é uma espécie de culminação abjeta de uma história que, segundo a autora, está caracterizada pelo desrespeito aos direitos de negros e indígenas e da violência contra vários biomas. O trauma histórico tem uma corporalidade específica: "Raimunda e João trazem inscritos no corpo uma encruzilhada histórica. A de um país que chegou ao presente, depois de tanto ser futuro, e se descobriu atolado no passado" (Brum, 2015, s.p.). No caso de Raimunda, seu andar silencioso revela a sua trajetória de empregada doméstica e a posição subordinada que ela ocupava dentro da casa onde trabalhava. Seu corpo se transforma em uma metáfora das relações de poder na sociedade brasileira.

O corpo individual é o reflexo de um corpo maior, o do bioma da floresta amazônica. Ambos corpos são desmanchados por uma lógica alheia. Para Rob Nixon, "se a remoção forçada significa uma série de ajustes agonizantes a condições de vida desoladoras, ecologias desconhecidas, e, em geral, espaços áridos, hostis, ela também implica um outro desafio criado pela violência temporal: como sobreviver em um presente truncado, quebrado, partido pelo deslocamento involuntário do tecido espiritual que estabelece o significado do tempo-no-espaço" (Nixon, 2011, p. 162, tradução nossa). Ou seja, o afastamento do corpo individual do corpo geográfico-significativo aprisiona o sujeito dentro de um ciclo traumático. João, protagonista de "Vítimas de uma guerra amazônica" se sente deslocado, fora do eixo temporal que organiza a existência humana: "Para ele, o passado-presente-futuro fora reduzido a um tempo só, que se repetia" (Brum, 2015, s.p.).

⁴ Pode-se dizer que os dois textos de Brum aqui discutidos são exemplos do *new journalism*.

A repetição do trauma se expressa em sintomas psicológicos e físicos. Tanto "Vidas barradas de Belo Monte", como "Vítimas de uma guerra amazônica", abordam como os corpos dos ribeirinhos somatizam a violência do exílio. Antonio das Chagas sente a dor dos animais da floresta no próprio corpo e se sente sufocado na/pela cidade. Raimundo, o protagonista de "Vítimas de uma guerra amazônica", fica paralisado.

No entanto, o corpo que traz em si as marcas de uma violência diacrônica se incorpora ao refúgio que a floresta representa. Neste território, este corpo se transfigura. A floresta é um "lugar para pobre ficar rico" (Brum, 2015, s.p.). Não se trata de uma riqueza literal, mas sim de um patrimônio que transcende o âmbito material, incluindo o campo das vivências e da construção de identidades pessoais: "Quando reencontrou o rio, agora não mais para violentá-lo, mas para colher os peixes, João encontrou-se" (Brum, 2015, s.p.).

Se a linguagem tecnocrática associada à usina obscurece a experiência das comunidades afetadas pelo projeto, o vocabulário imaginativo de Brum as presentifica através de metáforas, símiles, sinédoques e outros recursos literários. Por meio de frases como "Raimunda agarra-se ao chão que são as palavras do pai. Ela ali tem uma raiz que ninguém pode lhe arrancar" (Brum, 2015, s.p.), os textos de Brum evidenciam a riqueza de significados presentes nas vidas de indivíduos como Raimunda. A passagem mostra como a palavra – história, narrativa, fala, texto – é um elemento vital na subjetividade da protagonista e como esta palavra brota de uma vivência espacializada. Neste sentido, a metáfora da palavra como chão é significante, pois liga a linguagem ao solo, a história e a subjetividade à terra onde estas estão enraizadas. O trecho nos lembra que Raimunda e pessoas como ela, ribeirinhos, não podem ser definidos apenas pela sua condição de marginalidade socioeconômica (ainda que esta seja parte integral de suas vivências).

É significativo também que os textos de Brum incorporem as vozes dos refugiados da usina. As crônicas oscilam entre a narração em terceira pessoa e passagens em primeira pessoa. A inserção destas outras vozes também contradiz o discurso articulado por órgãos institucionais e pela Norte Energia. A polifonia dos textos de Brum se contrapõe ao discurso totalizante da empresa. Assim por exemplo, na página "Material para imprensa", que contêm "releases, imagens, vídeos, clippings e notas" (Norte Energia, 2018c, s.p.) relacionadas a Belo Monte, o material publicado enfatiza apenas os supostos avanços econômicos e socioambientais promovidos pela empresa. Um dos títulos das matérias que aparecem no portal anuncia que: "Cinco municípios do Pará reduzem casos de malária a zero com apoio de Belo Monte". No entanto, o quadro apresentado pelas crônicas (e que ecoa em notícias da mídia nacional) pinta um retrato mais complexo do que esta narrativa profícua.

A crônica "Vidas barradas de Belo Monte" nos apresenta o casal Antonio das Chagas e Dulcinéia Dias. O *mis-en-scène* do texto prefigura o arco da destruição que se desenvolve ao longo da crônica e que contradiz implicitamente a proposta delineada no site da Norte Energia. O texto abre com uma sentença que evoca

uma cena edênica. É um idílio autônomo e que gera autonomia: "Antonio e Dulcineia tinham uma ilha. Um pedaço de floresta tropical no rio Xingu" (BRUM, 2018, s.p.). No entanto, a oração e a visão idílica que ela transmite é contradita em seguida. O tempo verbal muda do imperfeito (tempo verbal das histórias) para o presente. No presente, o casal vive em uma casa de quatro cômodos, com uma janela, na cidade mais violenta do Brasil - Altamira. A ilha tropical, cenário bucólico, transforma-se em um cenário distópico, sem futuridade. Na cidade, "as árvores, vistas como obstáculos ao 'progresso' ou mesmo 'sujeira' pela elite econômica e política local, foram quase todas arrancadas. (...) Em Altamira, a paisagem é sempre menos verde no dia seguinte. (...) Nesse delírio de concreto, a sensação térmica ultrapassa os 40 graus no verão" (BRUM, 2018, s.p.). A paisagem urbana é o oposto do antigo habitat de Antonio e Dulcinéia. As palavras de Brum evocam e ao mesmo tempo invertem a formulação de espaços usados para a construção de megaprojetos infraestruturais como "desertos" populacionais e culturais (Nixon, 2011). Em "Vidas barradas de Belo Monte", o deserto é o espaço da cidade, do exílio. A associação entre a palavra "progresso" e a aridez do espaço descrito põe em cheque o significado daquela palavra. "Deserto" no contexto da crônica é sinônimo de um modelo de progresso agressivo/agressor.

A imagem que acompanha a descrição de Altamira enfatiza a aridez, a desolação do entorno evocada na passagem acima citada. É uma aridez que contamina as existências humanas deslocadas, exiladas. Vemos a foto de uma rua sem arborização e, no primeiro plano, um contentor de lixo onde um casal de urubus está empoleirado. Na imagem predominam os tons ocres. Esta paleta de cores acentua a ideia de um descampado. As aves por sua vez servem de advertência que este é um terreno não da vida, mas sim da morte. "Vidas barradas de Belo Monte" nos lembra que Altamira tem a dúbia distinção de ser a cidade mais violenta do país. O influxo de migrantes à cidade, decorrente não somente das remoções, mas também da construção da hidrelétrica, desestabilizou o tecido social local, levando a um aumento dos índices de violência na cidade (Nogueira, 2017, s.p.).

As árvores derrubadas, sacrificadas em nome do progresso e descritas na passagem supracitada, encontram seu correspondente nas "vidas barradas" que existem neste espaço onde os ribeirinhos se sentem: "esmagados pelas paredes" da própria casa. Tanto as plantas como os seres humanos são vítimas sacrificiais de um progresso que, no caso de Belo Monte, opera através da submersão de existências às margens do ciclo de desenvolvimento capitalista. Os indivíduos que aparecem em "Vidas barradas de Belo Monte" vivem principalmente à base de uma economia de subsistência: "Eu não precisava de dinheiro para viver na felicidade. Minha casa toda era natureza. A madeira, a palha, não precisava de nenhum prego. Tinha minha roça onde plantava de tudo, as fruteiras onde dava tudo, pescava o meu peixe, se queria comer outra coisa pegava uma galinha que eu criava, se queria carne caçava no mato" (Brum, 2018, s.p.). Ou seja, a construção de Belo Monte faz com que os ribeirinhos percam não somente seus territórios físicos, mas também um modo de viver e sua ontologia.

A crônica de Brum salienta como o infortúnio humano está conectado com a catástrofe natural. Além da descrição contundente do entorno urbano degradado, "Vidas barradas de Belo Monte" sugere um contínuo entre o exílio do casal e a obliteração do mundo não-humano:

Quando o reservatório da usina começou a encher, Antonio testemunhou os bichos da floresta morrerem. Macacos, cotias, tatus, preguiças atiravam-se na água em busca de terra firme. Como parte da floresta que ele também é, Antonio sente essa dor no corpo. Como os animais, ele também ainda não encontrou terra firme e percebe-se afogado na solidão seca da cidade (Brum, 2018, s.p.).

A passagem insinua uma subjetividade compartida. A dor dos animais desesperados se sintomatiza no corpo do homem. Mas a verdadeira tragédia é o aniquilamento da dor, do laço entre o humano e o não-humano pelas águas excessivas que se transformam em uma seca excessiva.

A conjunção entre o sacrifício humano e o não humano é um fio que une as diferentes histórias/memórias relatadas em ambas crônicas. A ligação entre humanos e não-humanos que transparece nos dois textos aqui discutidos é exemplificada também na relação de Raimunda com o pé de pinhão pajé que ela cultiva e que ela considera seu guia, seu "amigo principal". Ou seja, como o Xingu, vemos aqui também se não uma humanização de outros seres (o que por si implicaria uma violência epistemológica), uma relação entre pares. Para Raimunda, as plantas não são meros objetos e sim seres com os quais ela tem um vínculo de afetividade: "É muito difícil você ver o que é seu ser queimado. A única maneira pra me expressar é cantando. Pra que as minhas plantas saibam que eu jamais queria que elas fossem queimadas, ou fossem lesionadas" (BRUM, 2015, s.p.).

Assim como em "Vidas barradas", na crônica "Vítimas de uma guerra amazônica", Brum salienta que a existência dos ribeirinhos está inserida num contexto espacial, ambiental e ontológico específico: o do bioma da floresta amazônica. Na visão de Raimunda, o rio (Xingu) e a natureza que o circunda é um companheiro, um interlocutor. Ela explica que: "Quando você vive no rio, você entende o rio que nem ele lhe entende. Você respeita o limite dele, que ele respeita o seu. É uma parceria entre você e as águas. É assim, ó: o remo é a minha caneta e o rio é a minha lousa" (Brum, 2015, s.p.). A transformação do rio em uma "lousa", um texto vivo, sugere que as águas são o arquivo da memória, das histórias de Raimunda. Esta mesma ideia aparece na outra crônica aqui abordada. Em "Vidas barradas de Belo Monte", a ilha de Antonio das Chagas e Dulcineia é literalmente o lócus da memória familiar: "Não só a ilha foi ao fundo, mas também a memória virou água. Até mesmo os ossos do pai de Antonio, sepultado em outra ilha, bem embaixo do paredão da usina, desapareceram" (Brum, 2018, s.p.)

Se Raimunda se inscreve no rio, este por sua vez imprime sua marca no corpo e psique dela. O posicionamento de Raimunda vis-à-vis ao Xingu transmite a no-

ção de uma comunidade ecológica, da qual os humanos são parte (mas não donos). A dicotomia entre o humano e o não humano é atenuada. Com isto, a hierarquia que determina o domínio do humano sobre outros seres é questionada. Não se trata de uma humanização do mundo natural, mas sim de uma visão que posiciona este como tendo direitos e subjetividades próprias. Como sugerem as duas crônicas de Brum, a vitimização do ecossistema pela construção de Belo Monte é uma tragédia não só ambiental, mas também humana.

"Vidas barradas de Belo Monte" transmite a dimensão da violência ontológica sofrida pelos ribeirinhos ao transformar a água, metáfora de vida, de seu modo de viver, em um símbolo da morte, da esterilidade. Esta permutação de significado se repete ao longo do texto de Brum, como por exemplo na seguinte passagem: "Diante do pedido de descrição, os olhos de Antonio das Chagas, este homem de 60 anos que desconhecia a vida de cidade, boiam em água salgada" (BRUM, 2018, s.p.). A imagem dos olhos, desincorporados, boiando em água salgada - simbolizando tanto lágrimas como o fim da vida fluvial - remetem à ideia de uma morte violenta, da quebra do corpo humano frente à violência material, mas também simbólica. O corpo fraturado de Antonio não comporta as memórias do trauma do desalojamento. Se o corpo é o único território que resta aos exiliados de Belo Monte, este é um corpo doente, partido. As crônicas de Brum tentam reconectar os pedaços destes corpos, juntá-los em papel (ou no espaço virtual). Não é um projeto de redenção, já que esta não é mais possível, mas de criar um arquivo das memórias que estão em perigo de serem afogadas pelas águas de Belo Monte e pelo discurso público que profere as vantagens de projetos de desenvolvimento tais como Belo Monte.

Referências

ACSELRAD, Henri. Planejamento autoritário e desordem socioambiental na Amazônia: crônica do deslocamento de populações em Tucuruí. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p. 53-68, 1991. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8897. Acesso em: 29 set. 2019.

Acselrad, Henri; Herculano, Selene; Pádua, José Augusto. A justiça ambiental e a dinâmica das lutas socioambientais no Brasil: uma introdução. In: Acselrad, Henri; Herculano, Selene; Pádua, José Augusto (orgs). *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

Acselrad, Henri; Mello, Cecília Campello de Amaral; Bezerra, Gustavo das Neves. *O que é justiça ambiental.* Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer*: sovereign power and bare life. Stanford: Stanford University Press, 1998.

AMAZON WATCH. *Fact Sheet:* The Belo Monte Dam. 2011. [on-line]. Disponível em: https://amazonwatch.org/assets/files/2011-august-belo-monte-dam-fact-sheet.pdf. Acesso em: 29 set. 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Direitos Humanos. VII Conferência Nacional de Direitos Humanos. Relatório Preliminar. Brasília, 2002. [online]. Disponível em: https://www.camara.leg.br/Internet/comissao/index/perm/cdh/ultimos_informes/28052002%20-%20Relatorio%20previo%20da%20VII% 20Confer%C3%AAncia%20Nacional%20de%20Direitos%20Humanos.htm. Acesso em: 1º. ago. 2012.

BRUM, Eliane. Vítimas de uma guerra amazônica. *El País*. 22 set. 2015. [on-line]. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/22/politica/1442930391_549192.html. Acesso em: 29 set. 2019.

Brum, Eliane. Vidas barradas de Belo Monte. *Uol Notícias*. 18 fev. 2018. [online]. Disponível em: https://www.uol/noticias/especiais/vidas-barradas-de-belomonte.htm#album-1. Acesso em: 29 set. 2019.

CAMINHA, Pero Vaz de. *Carta a El Rei D. Manuel.* São Paulo: Dominus. 1963. Disponível em: http://www.culturabrasil.org/zip/carta.pdf. Acesso em: 29 set. 2019.

CURTIN, Deane W. *Environmental ethics for a postcolonial world*. Lanham, Md: Rowman & Littlefield Publishers, 2005.

HOCHSTETLER, K.; KECK, M. E.. *Greening Brazil:* environmental activism in state and society. Durham, NC: Duke University Press, 2007.

HOLSTON, James. Insurgent Citizenship: Disjunctions of Democracy and Modernity In Brazil. Princeton: Princeton University Press, 2008.

HUGGAN, Graham; TIFFIN, Helen. Green postcolonialism. *Interventions*, v. 9, n. 1, p. 1-11. 2007.

KLEIN, Naomi. *This changes everything:* capitalism vs. the climate. New York: First Simon & Schuster, 2015.

KATZ, Ilana; BRUM, Eliane; DUNKER, Christian. Refugiados de Belo Monte. 2016. [on-line]. Disponível em: https://psicanalisedemocracia.com.br/2016/09/refugiados-de-belo-monte-por-ilana-katz-eliane-brum-e-christian-dunker/. Acesso em: 29 set. 2019.

NIXON, Rob. *Slow violence and the environmentalism of the poor.* Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2011.

NOGUEIRA, Danielle. Altamira. A vida na cidade mais violenta do Brasil. *O Globo*. 13 dez. 2017. Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/altamira-vida-na-cidade-mais-violenta-do-brasil-22183157. Acesso em: 29 set. 2019.

NORTE ENERGIA. *Norte Energia S.A.* 2018a. [on-line]. Disponível em: https://www.norteenergiasa.com.br/pt-br/norte-energia. Acesso em: 29 set. 2019.

NORTE ENERGIA. *O processo de licenciamento ambiental.* 2018b. [on-line]. Disponível em: https://www.norteenergiasa.com.br/pt-br/sustentabilidade/licenciamento-ambiental/processo. Acesso em: 29 set. 2019.

NORTE ENERGIA. *Imprensa.* 2018c. [on-line]. Disponível em: https://www.norteenergiasa.com.br/pt-br/imprensa. Acesso em: 29 set. 2019.

Norte Energia. *Diálogo permanente com os povos indígenas*. 2018d. [on-line]. Disponível em: https://www.norteenergiasa.com.br/pt-br/sustentabilidade/povostradicionais/protagonismo-indigena. Acesso em: 29 set. 2019.

OLIVEIRA, Vitor Barbosa de. Análise do pedido de suspensão de segurança conforme os tribunais superiores, o novo Código de Processo Civil e a legislação específica. *Jus.com.br.* p. 1-2, fev. 2017. [on-line]. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/55640/analise-do-pedido-de-suspensao-de-seguranca-conforme-os-tribunais-superiores-o-novo-codigo-de-processo-civil-e-a-legislacao-específica. Acesso em: 29 set. 2019.

REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL. Carta pública. 05 jun. 2015. p. 1-5. [online]. Disponível em: https://redejusticaambiental.files.wordpress.com/2015/06/carta-pc3bablica-rbja-dia-do-meio-ambiente-junho-de-20151.pdf. Acesso em: 29 set. 2019.

REED, T.V. Toward an environmental justice ecocriticism. In: Adamson, Joni; Adams, Mei Mei; Stein, Rachel (eds.). *The Environmental Justice Reader*. Tucson: The University of Arizona P, 2002. p. 145-162.

STEIL, Carlos Alberto; TONIOL, Rodrigo. Além dos humanos: reflexões sobre o processo de incorporação dos direitos ambientais como direitos humanos nas conferências das Nações Unidas. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, a. 19, n. 40, p. 283-309, jul./dez. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ha/v19n40/a11v19n40.pdf. Acesso em: 29 set. 2019.

Recebido em 29 de novembro de 2019.

Aprovado em 1º de março de 2020.

Resumo/Abstract/Resumen

Entre a usina e a democracia: as crônicas de Eliane Brum e a desconstrução da democracia brasileira

Leila Lehnen

Este ensaio aborda como duas crônicas de Eliane Brum sobre o exiliados de Belo Monte narram os conflitos entre o político-econômico e o social/ecológico no Bra-

sil contemporâneo. Através da narrativa das tensões entre o socioambiental e o político-econômico, Brum revela a precariedade do modelo democrático brasileiro, baseado, nas palavras da autora, em uma "perversão": "a de viver numa democracia formal, mas submetido a forças acima da Lei" (Brum, 2015, s.p.). Propõe-se aqui que os dois textos de Brum expõem a anatomia "disjuntiva" (Holston, 2008) da democracia brasileira não somente no âmbito dos direitos sociais, mas também em relação aos "direitos" (no sentido de direitos negativos) do meio-ambiente e das populações (humanas e não-humanas) que seriam, em teoria, os beneficiários destes direitos.

Palavras-chave: Belo Monte, Ecocrítica, Democracia, Eliane Brum.

Caught Between the Dam and Democracy: Eliane Brum's Interrogations of Brazilian Democracy

Leila Lehnen

This essay examines how two texts by Eliane Brum about the people who were exiled due to the construction of the Belo Monte dam reveal the precariousness of Brazil's democratic model. This model, according to Brum, is based on a "perversion," that of "living in a formal democracy, but under the dominion of powers that are above the law" (Brum, 2015, s.p.). The essay proposes that Brum's texts reveal the "disjunctive" anatomy of Brazilian democracy (Holston, 2008) not only in regards to social rights, but also in terms of the rights (here understood as negative rights) of the environment and of the human and non-human beings that – in theory at least – would be the beneficiaries of this environment.

Keywords: Belo Monte, Ecocriticism, Democracy, Eliane Brum.

Entre la usina y la democracia: Las crónicas de Eliane Brum y la deconstrucción de la democracia brasileña

Leila Lehnen

Este artículo analiza como dos crónicas de Eliane Brum sobre los exiliados de Belo Monte narran los conflictos entre lo político/económico y lo social/ecológico en el Brasil contemporáneo. A través de la narración de la tensión entre lo socio-ambiental y lo económico-político, Brum revela la precariedad del modelo democrático brasileño, que se basa en una perversión: la de "vivir en una democracia formal, pero bajo el dominio de fuerzas que están por encima de la ley" (BRUM, 2015, s.p.). El artículo propone que los textos de Brum revelan la anatomía "disyuntiva" (HOLSTON, 2008) de la democracia brasileña no solo en el ámbito de los derechos sociales, sino también en cuanto a los derechos (aquí entendidos como derechos negativos) del medio ambiente y de las poblaciones (tanto humanas como no-humanas) que, en teoría, se beneficiarían de aquellos derechos.

Palabras clave: Belo Monte, ecocrítica, democracia, Eliane Brum.